

Copel Participações S.A.

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2014



COPEL

Copel Participações S.A.



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional.....	11
2 Base de Preparação.....	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16
5 Transações com Partes Relacionadas	16
6 Investimentos	16
7 Obrigações Sociais e Trabalhistas	17
8 Benefícios Pós-Emprego.....	18
9 Patrimônio Líquido	22
10 Despesas Operacionais	22
11 Resultado Financeiro	23
12 Instrumentos Financeiros	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28



COPEL

Copel Participações S.A.



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Apresentamos mais uma edição do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Copel Participações S.A. (Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A nova subsidiária foi criada em 2013, a partir da reestruturação organizacional da Companhia, com a missão principal de zelar pelo desempenho das sociedades integradas pela Copel, e de modo a buscar o aperfeiçoamento constante de gestão e o sucesso de suas atividades, na geração e transmissão de energia, telecomunicações, saneamento e serviços, entre outros.

Relatamos a seguir os resultados de nossa atuação em 2014.

Curitiba, 10 de abril de 2015

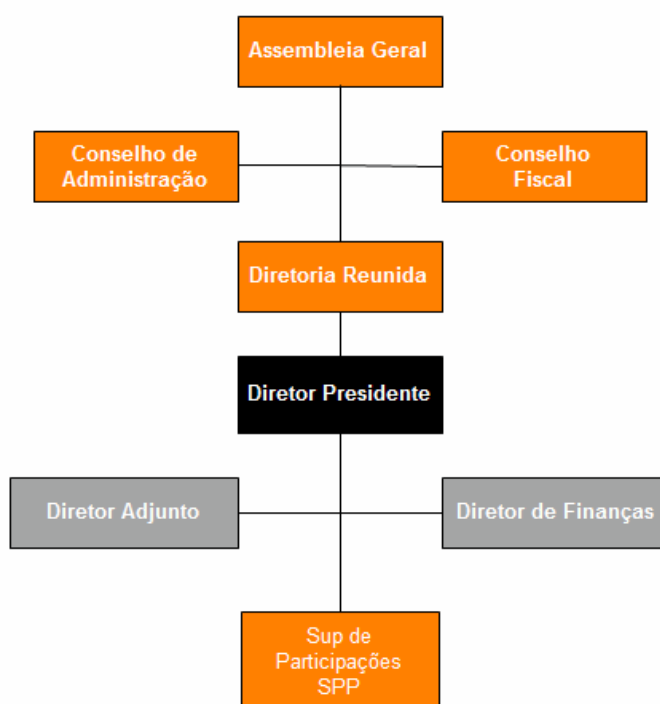
Reinhold Stephanes

Diretor Presidente

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Copel. Constituída em 2013, tem como objeto participar em outras sociedades ou Fundos de Investimentos em Participações. Em 2014 adquiriu a participação de 49,0% da Dominó Holdings. S.A., empresa do setor de saneamento.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:





COPEL

Copel Participações S.A.



2. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente CRISTIANO HOTZ
Secretário Executivo REINHOLD STEPHANES
Membro RICARDO GOLDANI DOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO
Membros Suplentes OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente REINHOLD STEPHANES
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Adjunto GILBERTO MENDES FERNANDES

CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6 NANCY ATENALIA ALVES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.760	500
Dividendos a receber	5	3.224	-
Outros créditos		29	-
Imposto de renda e contribuição social		569	-
Despesas antecipadas		17	-
		5.599	500
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		19	-
		19	-
Investimentos	6	224.907	-
TOTAL DO ATIVO		230.525	500

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	7	583	90
Partes relacionadas	5	788	-
Fornecedores		54	-
Outras obrigações fiscais		311	-
Benefícios pós-emprego	8	-	3
Outras contas a pagar		142	-
		1.878	93
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		20	-
Benefícios pós-emprego	8	245	-
		265	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9.1	231.089	848
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.700	-
Ajustes de avaliação patrimonial		249	-
Prejuízos acumulados		(4.656)	(441)
		228.382	407
TOTAL DO PASSIVO		230.525	500

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COPEL****Copel Participações S.A.****Demonstrações de Resultados**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(5.228)	(441)
Resultado da equivalência patrimonial	6.1	1.317	-
		(3.911)	(441)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(3.911)	(441)
Resultado Financeiro	11		
Receitas financeiras		7	-
Despesas financeiras		(311)	-
		(304)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.215)	(441)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.215)	(441)
Outros resultados abrangentes			
benefícios pós-emprego	8.4	(245)	-
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial	8.4	494	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(3.966)	(441)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



COPEL

Copel Participações S.A.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 11 de outubro de 2013	500	-	-	-	500
Aumento de capital	348	-	-	-	348
Prejuízo do exercício	-	-	-	(441)	(441)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	848	-	-	(441)	407
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.215)	(4.215)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos atuariais	-	-	249	-	249
Resultado abrangente do exercício	-	-	249	(4.215)	(3.966)
Recebimento de adiantamento	-	1.700	-	-	1.700
Aumento de capital	230.241	-	-	-	230.241
Saldo em 31 de dezembro de 2014	231.089	1.700	249	(4.656)	228.382

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



COPEL

Copel Participações S.A.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(4.215)	(441)
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.317)	-
Provisão para benefícios pós-emprego	423	40
Redução (aumento) dos ativos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	569	-
Depósitos judiciais	(19)	-
Outros créditos	(29)	-
Imposto de renda e contribuição social	(569)	-
Despesas antecipadas	(17)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	493	90
Fornecedores	54	-
Outras obrigações fiscais	331	-
Benefícios pós-emprego	(426)	(37)
Outras contas a pagar	142	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.580)	(348)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas	788	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	1.700	-
Aumento de capital	3.352	348
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	5.840	348
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.260	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	500	500
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.760	500
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.260	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2014		31.12.2013	
Receitas	-		-	
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material, insumos e serviços de terceiros	304		18	
Outros insumos	37		-	
	341		18	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(341)		(18)	
(-) Depreciação e amortização	-		-	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(341)		(18)	
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	7		-	
Resultado de participações societárias	1.317		-	
	1.324		-	
	983		(18)	

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	3.199		299	
Planos previdenciário e assistencial	423		40	
Auxílio alimentação e educação	156		-	
Encargos sociais - FGTS	231		24	
Participação nos lucros e/ou resultados	152		-	
	4.161	423,3	363	(2.016,7)
Governo				
Federal	1.033		60	
	1.033	105,1	60	(333,3)
Terceiros				
Arrendamentos e aluguéis	4		-	
	4	0,4	-	-
Acionistas				
Prejuízos retidos na empresa	(4.215)		(441)	
	(4.215)	(428,8)	(441)	2.450,0
	983	100,0	(18)	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



COPEL

Copel Participações S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Participações S.A (Companhia), constituída em 11.10.2013, com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto participar em outras sociedades ou fundos de investimentos em participações.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10.04.2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- o investimento em empreendimento controlado em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial; e
- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pela dedução do valor justo dos ativos do plano do valor presente da obrigação atuarial calculada por atuário contratado.



COPEL

Copel Participações S.A.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.2 - Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 12 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.6 - Redução ao valor de recuperável de ativos; e
- NEs nºs 3.8 e 8 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.



COPEL

Copel Participações S.A.



3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.3.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.3.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.3.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.3.4 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.



COPEL

Copel Participações S.A.



3.3.5 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.7 Dividendos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.



COPEL

Copel Participações S.A.



O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.8 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.10 Ajustes de avaliação patrimonial

Nessa conta são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ajustes dos passivos atuariais.

3.11 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

3.12 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

**COPEL****Copel Participações S.A.****3.13 Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor**

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	160	500
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.600	-
	1.760	500

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014
Ativo circulante	
Empreendimento controlado em conjunto - Dominó Holdings - Juros sobre capital próprio	3.224
Passivo circulante	
Controladora - Copel - Compartilhamento de despesas	788

A Companhia efetuou pagamento a seus administradores, conforme NE nº 10.1, e patrocina planos previdenciário e assistencial, conforme NE nº 8.3.

6 Investimentos

Em 29.12.2014, as ações do empreendimento controlado em conjunto Dominó Holdings S.A. foram transferidas da Copel para a Copel Participações, pelo valor patrimonial de R\$ 226.889, registrado em 30.11.2014.

31.12.2014	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido	Participação %	Valor contábil da participação
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	458.996	49,00	224.907

6.1 Muta o do investimento

Em 1^o.12.2014	226.889
Equivalência patrimonial	1.317
Ajuste de avalia�o patrimonial	494
Juros sobre capital próprio	(3.793)
Em 31.12.2014	224.907

6.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado, ajustados às práticas da Companhia

31.12.2014	Domin� Holding S.A.
ATIVO	470.097
Ativo circulante	19.578
Caixa e equivalentes de caixa	2.459
Outros ativos circulantes	17.119
Ativo não circulante	450.519
PASSIVO	470.097
Passivo circulante	11.101
Outros passivos circulantes	11.101
Patrimônio líquido	458.996
DEMONSTRA�O DO RESULTADO	
Custos e despesas operacionais	(1.996)
Resultado financeiro	(10.502)
Equivalência patrimonial	95.591
Lucro do exercício	83.093
Outros resultados abrangentes	1.009
Resultado abrangente total	84.102

7 Obriga es Sociais e Trabalhistas

	31.12.2014	31.12.2013
Obriga�es Sociais		
Impostos e contribui�es sociais	190	90
Encargos sociais sobre férias e 13 ^o s�lrio	74	-
	264	90
Obriga�es trabalhistas		
Férias	201	-
Participa�o nos lucros e/ou resultados	118	-
	319	-
	583	90



COPEL

Copel Participações S.A.



8 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

8.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

8.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

8.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2014	31.12.2013
Plano assistencial	245	3
	245	3
	Circulante	3
	-	-
	Não circulante	245
	-	-

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2014	31.12.2013
Plano previdenciário (CD)	157	-
Plano previdenciário (CD) - administradores	180	38
Plano assistencial - pós-emprego	18	-
Plano assistencial	55	-
Plano assistencial - administradores	13	2
	423	40

**COPEL****Copel Participações S.A.****8.4 Muta o dos benefícios pós-emprego**

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 11.10.2013	-	-	-
Contribui�es previdenciárias e assistenciais	40	-	40
Amortiza�es	(37)	-	(37)
Em 1�.01.2014	3	-	3
Apropria�o do cáculo atuarial	-	19	19
Contribui�es previdenciárias e assistenciais	404	-	404
Transferências	19	(19)	-
Amortiza�es	(426)	-	(426)
Ajuste referente a perdas atuariais	-	245	245
Em 31.12.2014	-	245	245

8.5 Avalia o atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)**8.5.1 Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas para determina o dos valores de obriga es e custos, para 2014 e 2013, estão demonstradas a seguir:

	2014	
	Real	Nom inal
Econ�micas		
Infla�o a.a.	-	6,40%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.		
Planos de benefícios previdenciários	6,14%	12,93%
Planos de benefício assistencial	6,17%	12,96%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,53%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS

8.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Em 31.12.2014	Plano BD	Plano CD
Participantes aposentados	16,75	24,67
Participantes pensionistas	17,17	32,62

8.5.3 Avalia o atuarial

Com base no relatório atuarial elaborado, os valores do plano previdenciário para 31.12.2014 totalizaram um superávit do plano de R\$ 32, resumido abaixo:

**COPEL****Copel Participações S.A.**

Planos de benefícios	Plano previdenciário	Plano assistencial	31.12.2014
Obrigações total ou parcialmente cobertas	771	286	1.057
Valor justo dos ativos do plano	(803)	(41)	(844)
Estado de cobertura do plano	(32)	245	213
Ativo não reconhecido	32	-	32
Total do passivo	-	245	245

A Companhia procedeu a contabilização no seu passivo assistencial através de relatório atuarial, data base 31.12.2014, registrando em outros resultados abrangentes do valor de R\$ 245 correspondente a perda atuarial apurada naquela data base.

8.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2013	-	-
(Ganhos) / perdas atuariais	771	286
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2014	771	286

8.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2013	-	-
Contribuições e aportes	5	-
Ganhos / (perdas) atuariais	798	41
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2014	803	41

8.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2015, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2015
Custo do serviço corrente	-	16	16
Custo estimado dos juros	92	37	129
Rendimento esperado do ativo do plano	(104)	(5)	(109)
Contribuições estimadas dos empregados	-	-	-
Custos (receitas)	(12)	48	36

**COPEL****Copel Participações S.A.**

8.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	6,14%	-6,28%	8,41%
Impactos em milhares de reais - R\$		(48)	65
Impactos nas obrigações do programa de saúde	6,17%	-14,70%	10,21%
Impactos em milhares de reais - R\$		(42)	29
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	4,46%	-11,11%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		13	(32)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	0,24%
Impactos em milhares de reais - R\$		(18)	24
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-4,97%	3,76%
Impactos em milhares de reais - R\$		-	-

8.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2015	3	-	3
2016	13	-	13
2017	14	-	14
2018	35	-	35
2019	33	-	33
2020 a 2054	2.027	255	2.282

8.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2014 e a alocação-meta para 2015, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2015	2014
Renda fixa	88,6%	84,2%
Renda variável	3,7%	8,8%
Empréstimos	1,6%	1,9%
Imóveis	1,9%	2,0%
Investimentos estruturados	4,2%	3,1%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%) ^(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	79,7%	54,6%
Renda variável	1,0%	0,0%	8,9%	7,6%
Empréstimos	1,0%	0,0%	2,8%	1,5%
Imóveis	2,5%	1,0%	0,9%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	7,7%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

9 Patrimônio Líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2014 monta a R\$ 231.089 (R\$ 848, em 31.12.2013) e é composto por 231.088.933 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

10 Despesas Operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal e administradores (10.1)	(4.457)	(382)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 8.3)	(423)	(40)
Material	(8)	-
Serviços de terceiros (10.2)	(297)	(18)
Outros custos e despesas operacionais	(43)	(1)
	(5.228)	(441)

10.1 Pessoal e administradores

	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal		
Remunerações	1.798	-
Encargos sociais	627	-
Auxílio alimentação e educação	156	-
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	152	-
	2.733	-
Administradores		
Honorários	1.384	295
Encargos sociais	323	83
Outros gastos	17	4
	1.724	382
	4.457	382

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

**COPEL****Copel Participações S.A.****10.2 Serviços de terceiros**

	31.12.2014	31.12.2013
Passagens e condução	71	14
Viagens	44	1
Manutenção de instalações	41	-
Treinamento	28	3
Comunicação, processamento e transmissão de dados	23	-
Publicação legal	21	-
Outros serviços	69	-
	297	18

11 Resultado Financeiro

	31.12.2014	31.12.2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7	-
(-) Despesas financeiras		
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	311	-
Líquido	(304)	-

12 Instrumentos Financeiros**12.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

	NE nº	Nível	31.12.2014		31.12.2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.760	1.760	500	500
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			54	54	-	-

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

12.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

12.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

12.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

12.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 13,02%) com base na taxa de referência de LTN com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.12.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável..

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2015		
		31.12.2014	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.600	208	156	104

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no



COPEL

Copel Participações S.A.



valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.



COPEL

Copel Participações S.A.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Copel Participações S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



COPEL

Copel Participações S.A.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador - CRC PR048555/O2



COPEL

Copel Participações S.A.



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Participações S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 10 de abril de 2015

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO